



## **AS FORMAS EM QUE SE TRAVESTE O CAPITAL NA ORDEM ESTABELECIDADA PARA O CAMPO: O CASO DA IRRIGAÇÃO NO POLO JUAZEIRO/PETROLINA**

## **THE WAYS IN WICH IT DISTORTS CAPITAL IN THE ORDER ESTABLISHED TO THE FIELD: THE CASE OF IRRIGATION IN POLE JUAZEIRO/PETROLINA**

## **LAS FORMAS COMO SE TRAVISTE EL CAPITAL EN EL ORDEN ESTABLECIDO PARA EL CAMPO: EL CASO DE LA IRRIGACIÓN EN EL POLO JUAZEIRO/PETROLINA**

**Raimunda Aurea Dias de Sousa**

Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina

[aureasouza@hotmail.com](mailto:aureasouza@hotmail.com)

### **RESUMO**

Para o sistema do capital, a ordem instituída tanto na cidade como no campo é aquela cujo resultado seja único - o lucro. Debaixo da ordenação do processo de acumulação, o capitalismo como um modo de produção deve expandir-se continuamente para poder sobreviver, e essa corrida, portanto, leva tal sistema a alcançar as mais diferentes escalas desde a local, nacional e a global. Para esse fim, o capital se volta para a natureza, que deixa de ser condição de valor de uso e se torna um meio universal de produção e, em sua totalidade, um acessório para esse processo. A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção do valor excedente, resultado do trabalho camponês ou assalariado. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da terra e da água como condições indispensáveis ao agronegócio nos Perímetros Irrigados do Polo Juazeiro/Petrolina, uma vez que a agricultura irrigada, implantada dentro dos parâmetros do mercado globalizado, dá a subentender que somente esse modelo é o único capaz de resolver os problemas econômicos e sociais da população.

**PALAVRAS CHAVE:** Capital; Irrigação; Terra.

---

### **ABSTRACT**

For the capital system, the order established in the city and the field is one whose result is only-profit. Under the ordering process of accumulation, capitalism as a mode of production must expand continuously in order to survive, and this race, so, takes the a system to achieve the most different scales from local, national and global. For this purpose, capital turns to nature, it ceases to be a condition of use value and becomes a universal means of production and, in its totality an accessory to this process. The reproduction of material life is totally dependent on the production, production on the value exceeding, result of peasant labor or wage. Thus, this study aims to reflect on the importance of land and water as essential conditions for agribusiness in Irrigated Perimeters of the pole Juazeiro / Petrolina, since irrigated agriculture, implemented within the parameters of the globalized market, gives to assume that only this model is only capable of solving the economic and social problems of the population.

**KEYWORDS:** Capital; Irrigation; Land.

---

### **RESUMEN**

Para el sistema de capital, el orden establecido tanto en la ciudad como en el campo es aquel cuyo resultado sea único – el lucro. Según la organización del proceso de acumulación, el capitalismo como un modo de producción debe esparcirse continuamente para poder supervivir y esa corrida por lo tanto, lleva tal sistema a alcanzar las más diferentes escalas desde la escala local, nacional y global. Para ese fin, el capital se vuelve para la naturaleza, que deja de ser condición de valor de uso y se torna un medio universal de producción y en su totalidad, un accesorio para ese proceso. La reproducción de la vida material queda totalmente dependiente de la producción del valor excedente, resultado del trabajo campesino o asalariado. Por lo

consiguiente, el presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la importancia de la tierra y del agua como condiciones indispensables para el agronegocio en los perímetros irrigados del polo de Petrolina y Juazeiro, una vez que la agricultura irrigada, implantada dentro de los parámetros del mercado globalizado, da a subentender que sólo ese modelo es el único capaz de resolver los problemas económicos y sociales de la población.

**PALABRAS CLAVES:** Capital; Irrigación; Tierra.

## INTRODUÇÃO

A ordem estabelecida, na sociedade contemporânea, para o campo tem como base a geração de emprego apregoada pela ideologia do agronegócio. Tal modelo de agricultura consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência no campo por meio da tecnologia, cada vez mais sofisticada, por grandes empresas nacionais e internacionais, é “progresso”. Assim, a opção por essa ordem, segundo os idealizadores do sistema do capital, é determinante para o progresso.

Desse modo, o modelo de “desenvolvimento” centrado no agronegócio que chega ao campo no Polo Juazeiro/Petrolina se apresenta como capaz de corrigir as diferenças entre as classes, a partir da agricultura irrigada. Sendo assim, ele representa o símbolo do “desenvolvimento” no campo, por garantir saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações dos produtos agrícolas. Esses altos índices de modernização presenciados no Polo são acompanhados por graves problemas ambientais, conflito por terra, desemprego.

Dentro desse entendimento, percebe-se que o desenvolvimento, promovido pelo sistema capitalista tendo por finalidade a acumulação da riqueza, tem favorecido somente uma classe – aquela que detém capital. A outra, despossuída dos meios de produção, vive o fetiche de ser “livre” para servir ao capital.

Destaca-se que a perda da terra pelos camponeses possibilitou um novo formato no Vale do São Francisco ao alterar o sentido da propriedade que deixa de ser para o trabalho da família para ser utilizada pelas empresas dentro e fora dos Perímetros Irrigados para o trabalho assalariado.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a dimensão histórica dialética como garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais, sendo estruturada em torno de três eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica, a realização de trabalhos de campo e a construção de dados para melhor entendimento da temática. Para os referidos eixos foram desenvolvidas práticas de campo que se definiram em análise qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de questionários e do levantamento estatístico; como também no resgate de experiências de vida e de trabalho a partir de instrumentos qualitativos como entrevistas, depoimentos e consultas de documentos.



O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da terra e da água como condições indispensáveis ao agronegócio nos Perímetros Irrigados do Polo Juazeiro/Petrolina, uma vez que a agricultura irrigada, implantada dentro dos parâmetros do mercado globalizado, dá a subentender que somente esse modelo é o único capaz de resolver os problemas econômicos e sociais da população.

## 1. A ORDEM ESTABELECIDADA PARA O CAMPO – OS PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS

O clima semiárido era visto como causador da miséria dos que viviam no Sertão. Assim, como forma de corrigir os efeitos da seca, seria necessário modernizar a área, transformando a caatinga em um grande “pomar”, ou seja, em um grande centro produtor de alimentos a partir da agricultura irrigada. Essa foi à base do planejamento do Estado, que se concretiza com a criação de suas empresas públicas: CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) inaugurada em 1955; SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959; CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba), em 1967; e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1974. Estas seriam responsáveis em produzir energia hidrelétrica, disponibilizar recursos financeiros, criar a infraestrutura, desenvolver pesquisas, de modo que a irrigação se tornasse uma realidade com a criação dos Perímetros Irrigados<sup>1</sup> no Vale do São Francisco, particularmente, no Polo Juazeiro BA/Petrolina PE.

A implantação de cada um dos Perímetros não ocorreu pacificamente e sim a partir das relações de poder entre os camponeses e o capital, e sem a documentação que legitimasse a posse, os camponeses acabaram perdendo a terra. Com a posse desta, o Estado aliado ao capital a divide em partes distintas, separadas por grandes cercas reais ou imaginárias e as distribui somente àqueles que atendam aos critérios estabelecidos por ele. Para assegurar o funcionamento dos Perímetros, tornou-se necessário reformular em 1975 a SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

<sup>1</sup> De acordo com a CODEVASF, um Perímetro passa por três etapas: a) o **estudo** quando os aspectos técnicos de viabilidade e implantação ainda estão sendo analisados e detalhados; b) a **implantação que** é definida como o início real das obras; c) o estágio **em produção, quando** está em pleno funcionamento, assim recebe o nome de **Perímetro de Irrigação**. Para a Companhia, essas informações estão constantemente sofrendo novas alterações, pois o processo é dinâmico e os projetos, em sua maioria, são realizados por etapas. Temos no Polo Juazeiro/Petrolina os seguintes Perímetros em produção: Bebedouro, Mandacaru, Tourão, Maniçoba, Curaçá, Senador Nilo Coelho. Em implantação – Salitre e em estudo – Canal do Sertão Pernambucano. Disponível em: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br). Acesso em 24.02.2012. Para a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba) os Perímetros Irrigados podem ser conceituados como áreas extensas, que permitem o desenvolvimento e o plantio de várias culturas, como uva, manga, acerola e outras. Disponível em: [http://www.codevasf.gov.br/galeria/2006/05\\_setembro/60450011.jpg/view](http://www.codevasf.gov.br/galeria/2006/05_setembro/60450011.jpg/view) . Acesso em 26.10.10.



- dentro de uma “filosofia de empresarialização<sup>2</sup>” para nesse mesmo ano transformar-se em CODEVASF<sup>3</sup> – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco, empresa responsável para atuar na política de águas e de irrigação devendo dedicar-se prioritariamente à implantação e administração de projetos que desenvolvam a agricultura irrigada. O tipo de propriedade e as relações humanas foram totalmente alteradas e os cultivos deixaram de ter valor de uso e passaram a ser produzidos com a utilização da tecnologia, especificamente para o mercado, como valor de troca. A industrialização da produção transforma conhecimento científico em tecnologia, criando novos ambientes humanos e destruindo os antigos (BERMAM 1986).

Conforme “Missão” da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), as terras que dariam e que dão concretude aos Perímetros são somente aquelas que se transformam em terras de negócios que passam a pertencer ao setor privado e não aos que trabalham. Dessa forma, o trabalho enquanto valor de uso desenvolvido na propriedade familiar deixa de ter significado porque não tem valor – base da acumulação do capital, e cede lugar às relações de trabalho assalariadas e à subordinação do trabalho como produtor de valor na propriedade capitalista. A partir dessa determinação, há um novo sentido para o espaço absoluto com a quebra dos laços naturais e a desapropriação dos trabalhadores de seus tradicionais meios de produção. A efetivação desse entendimento de propriedade, segundo Martins (1982, p. 49), conduz um “amplo processo de expropriação dos lavradores levado a efeito pelas grandes empresas capitalistas, apoiadas particularmente nos incentivos fiscais [...]”.

Dos anos de 1969, momento em que foram criados os Perímetros Irrigados, aos dias atuais, o tipo de cultivo foi sendo alterado de hortaliças para fruticultura, conforme exigências do mercado internacional, assim como as relações de trabalho foram modificadas com a reestruturação produtiva do capital. Ao refletir a respeito da forma de trabalho na propriedade capitalista, Martins (1982) explana que a propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração, que o capital exerce sobre o trabalhador, que perdeu os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar no momento em que os Perímetros tornaram realidade. De acordo com o autor, “a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela

<sup>2</sup> De acordo com Andrade (1983), a CODEVASF foi organizada como uma empresa, com o objetivo de obter lucros, ou seja, acumular capital, o que faz com que dê maior atenção, em seus projetos, à ação dos grupos empresariais do que aos camponeses. Nesse sentido, é possível entender que os Projetos Irrigados implantados ou em implantação, tenham uma área destinada às empresas superior àquelas destinadas aos pequenos produtores.

<sup>3</sup> O nome CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco – está ligado à sua área de abrangência, a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, nas porções dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e estreita faixa do Distrito Federal. Por força da Lei Nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, a CODEVASF teve sua área de atuação ampliada para a bacia do rio Parnaíba e, pela Lei Nº 12.196, para os vales dos rios Itapecuru e Mearim. Dessa forma, passa a ser chamada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Baseado em informações disponível em <http://www.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage>, acesso em 04.01.11.



se distingue, porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração”. (p. 59). Para ele, a terra de negócio é tão somente aquela da qual o capital se apropria e a transforma em terra de exploração do trabalho alheio. Suas reflexões ainda mostram:

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (p. 60).

O novo formato que assume o Vale do São Francisco teve como finalidade a acumulação da riqueza. Dessa feita, o capital transforma o espaço natural em Perímetros Irrigados e expulsa as famílias camponesas da terra. Contraindo-se à concepção de trabalho como condição de reconhecimento de posse e propriedade da terra, as empresas capitalistas entendem que aqueles que não tivessem a posse da terra legalizada em cartórios não poderiam receber indenização ou terra em outro local.

Na análise de Martins (1982, p. 61), só é legítima a posse, quando há trabalho. “É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Esse direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista”. Conforme Rousseau (1999, p. 216), “é o trabalho apenas que, dando ao lavrador o direito sobre o produto da terra que lavrou dá-lhe, conseqüentemente, o direito sobre o solo, pelo menos até a colheita, e, assim, de ano em ano, o que vinha a ser uma posse continua se transformar facilmente em propriedade”. Os verdadeiros donos das terras, que tinham a posse somente pelo trabalho, não poderiam permanecer como donos por serem um obstáculo ao novo modelo de agricultura voltada inteiramente à irrigação de cultivos para o mercado externo.

Ressalta-se que o sistema de irrigação sempre foi utilizado desde a antiguidade tornando-se uma realidade no Sertão, particularmente no Vale, nos anos de 1918. Entretanto, o modelo de agricultura irrigada com o uso de tecnologia moderna centrada no *agronegócio* com a produção voltada atender ao mercado externo data dos anos de 1990. Com esse modelo, objetiva-se maior liderança do setor privado, por meio da organização dos empresários, motivados pela necessidade de competição nos mercados nacionais e internacionais.

A criação dos Perímetros Irrigados assinala o desenvolvimento da região mediante agricultura irrigada; para isso, era preciso um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção: estradas, canais para irrigação, barragens para produção de energia, casas para os trabalhadores, agroindústria – etc. “Estas e outras infinitas infraestruturas são



as formas geograficamente imobilizadas de capital fixo, tão fundamental ao progresso da acumulação”. (SMITH, 1984, p. 176). Todo esse aparato tecnológico entraria para promover o desenvolvimento na Região Nordeste, especialmente o Polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE.

Em todos os Perímetros, sejam os do polo Juazeiro/Petrolina ou os de outros Municípios do Sertão nordestino, a territorialização do capital ocorreu mediante a expropriação dos camponeses. E, como justificativa, foi proclamada a geração de emprego e renda, a redução dos fluxos migratórios, redução dos efeitos econômicos e sociais de secas e inundações frequentes e ainda a preservação dos recursos naturais dos rios São Francisco e Parnaíba. Conforme dados obtidos no trabalho de campo, a Valeexport<sup>4</sup> considera como sucesso da fruticultura irrigada alguns indicativos demonstrados na área e “serviços” como: a presença de 22 agências bancárias, 42 concessionárias e revendas de veículos, 45 postos de gasolina, 28 hotéis, com aproximadamente 1.500 leitos, 9 agências de viagens, 15 cursos regulares de ensino superior e 33 supermercados instalados nas cidades de Petrolina e Juazeiro.

De acordo como que expões a Revista Veja em matéria exibida em 01.09.10, à fruticultura irrigada transformou não só a “paisagem” da caatinga, mas também a vida de 800.000 pessoas, que trabalham no setor, como exemplo de sucesso. O artigo justifica que um hectare plantado de uva rende sessenta vezes mais que a mesma área destinada à pecuária e emprega seis vezes mais. Todos estes números são atribuídos como “desenvolvimento” que na verdade é desigual, excludente.

Os números são “torturados” de modo a mostrar a ordem preterida pelos idealizadores do capital, e ao mesmo tempo, oculta que a produção da riqueza não fica nas mãos de quem trabalha.

## **2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Na busca incessante pelo lucro, a reestruturação produtiva do capital produz profunda alteração no trabalho, atingindo sobremodo a classe trabalhadora na cidade e no campo. No Brasil, a partir dos anos de 1990, intensifica a abertura do mercado nacional a competição internacional, passando a exigir uma maior diversificação dos produtos.

Dessa forma, a política neoliberal adotada no país de acordo com o modelo euro-americano se espacializa associando progresso e desenvolvimento econômico. Com isso, as marcas do processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no espaço urbano e rural. No primeiro, as plantas fabris estão sendo remodeladas, para abrigar a concentração de capital,

<sup>4</sup> Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco. Criada em 1988 com o objetivo de representar o empresário hortifrutigranjeiro local de forma institucional, intervindo junto aos poderes públicos constituídos, sejam eles nacionais ou internacionais. Dados obtidos na VALEEXPORT em 01.09.2010.

resultando na urbanização, seguida da favelização e do desemprego; no segundo, a política agroexportadora, vinculada aos programas desenvolvimentistas do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do regime de livre Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem ampliado os conflitos por terra, pois tais programas excluem os trabalhadores do seu chão para incluí-los em políticas que garantam a produção e a reprodução ampliada do capital.

É com base então na “ideologia” desenvolvimentista que maciços recursos financeiros advindos do Banco Mundial são destinados ao Vale do São Francisco com o intuito de transformar a aridez do Sertão nordestino em um salvador “pomar de fartura” para livrar seus habitantes da pobreza.

Contudo, como no sistema do capital a pobreza é necessária para garantir a acumulação, logo o sujeito precisa ser separado daquilo que produz. “A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”. (MARX, 2006 p. 81). Mészáros (2007a p. 145), por sua vez, explica que “nos últimos anos, um grande número de discursos propagandeou as virtudes universalmente benéficas da ‘globalização’, deturpando a tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas”.

A reestruturação produtiva do capital que ocorreu na cidade alterou completamente o universo do trabalho, tornando o mesmo cada vez mais difícil e retomando antigas relações com a precarização do trabalho.

No campo, esse novo modelo chega de forma perversa e destrutiva de acordo com a tendência expansionista do sistema. Contudo, a fetichização da globalização atinge o espaço rural se fundamentando nos discursos do “desenvolvimento” como indispensável ao aumento da produção. E, como forma de possibilitar a acumulação capitalista, a terra passou a ser capturada pelo sistema, não exatamente a terra em si, mas sua renda.

Nesse sentido, para que haja a extração da renda fundiária, é preciso fortalecer a aliança entre Capital-Trabalho-Estado de modo assegurar a territorialização do capital ou, simplesmente, a monopolização da terra mediante ação “eficiente” do Estado. A terra deixa de ser a condição da autonomia camponesa, para ser a terra de exploração desse mesmo camponês, que, desapropriado ou subordinado à lógica capitalista, submete-se a realizar um trabalho que não é mais o valor de uso, realização e sim da desrealização.



Sem a terra, ou mesmo sem condições de produzir, o capital cria a mobilidade do trabalho, pois com esse tipo de desenvolvimento capitalista, a produção e reprodução do capital estão num lugar; e a reprodução da força de trabalho está fundamentalmente em outro lugar, portanto, a reprodução da força de trabalho está parcialmente separada da produção e da reprodução do capital. Martins (1988) explica que o fenômeno típico dessa separação e da criação de espaços distintos para o trabalho de reprodução da força de trabalho e para a produção e reprodução do capital é o deslocamento da produção de gêneros alimentícios indispensável à sobrevivência para áreas e solos em que a renda fundiária é mais baixa, enquanto as terras férteis, as grandes propriedades de renda fundiária alta foram ocupadas exclusivamente para artigos exportáveis como: soja, café, cana e no Vale do São Francisco – uva, manga, limão etc. Conforme o referido autor,

[...] a mediação da renda fundiária que está no centro dos fatores que promovem a separação entre o lugar da produção dos meios de vida que assume a forma de capital variável, necessários à reprodução do trabalhador, e o lugar de produção e reprodução do capital. É por esse meio que se estabelece o divórcio entre o lugar de materialização de uma parte importante do tempo de trabalho necessário à reprodução de quem trabalha e o tempo de trabalho excedente (p. 57).

Em sua análise a respeito da mobilidade do trabalho, Gaudemar (1977) esclarece que o espaço tem duas dimensões: na primeira, ele se estende ao trabalho, ou seja, aquele em que a força de trabalho cria tanto os meios para deslocação das mercadorias, incluindo ela próprios, como os meios necessários à sua existência; na segunda, é o espaço em que o processo de trabalho se executa. Dessa forma, ao produzir o espaço para troca, o capital impõe a mobilidade, pois, segundo o autor, “o trabalho constituído em força de trabalho, por compra do capitalista, perde sua autonomia. Funciona, a partir de então a serviço do capital” (p. 229).

A força de trabalho conquista o espaço, pelo seu exercício, apenas para o uso do capital. O seu próprio espaço de desenvolvimento, o seu próprio espaço de atividade, é limitado ao campo da sua exploração pelo capital no interior dos limites que lhe concede (limites físicos da oficina cooperativa), ao mesmo tempo em que permite ao capital dominar o espaço (GAUDEMAR, 1977, p. 229).

A separação da produção e reprodução do capital da reprodução da força de trabalho implica em divorciar o tempo de produção do espaço da produção. Nesse sentido, a política do agrohidronegócio, efetivado no Vale do São Francisco pelo Estado a partir da criação dos Perímetros Irrigados, tem permitido que no espaço transformado em território, se materialize a força de trabalho gerada fora do circuito do capital como trabalho para o capital e, durante o processo de produção, o tempo é tão somente aquele da reprodução do capital, da produção de mais-valia. Esse



aparente emprego cria uma ilusão, uma alienação, singular nesse trabalhador expulso da cidade e, também, naquele que tem dificuldade de se reproduzir como camponês em suas próprias terras ou porque perderam a terra.

A destruição progressiva dos laços familiares, a incorporação crescente da criança ao trabalho produtivo, a doença, a pobreza, o analfabetismo, etc., não aparecem como resultados da exploração do trabalho pelo capital, mas como insuficiências do trabalho agrícola autônomo, como produto da própria condição camponesa. As coisas aparecem invertidas: o trabalho agrícola permite a mera subsistência, a mera reprodução; o assalariamento sazonal cria a possibilidade do supérfluo (MARTINS, 1988, p. 58).

A pobreza na palavra desses migrantes, segundo Martins (1988), não aparece como produto da exploração do capital, mas como produto do trabalho e trabalho camponês. Esse entendimento confirma a necessidade da ideologia. Na verdade, de acordo com Mészáros (2007), a ideologia é inevitável enquanto continuar sendo necessário “vencer os conflitos”, que continuam a surgir dos interesses inconciliáveis das forças hegemônicas alternativas, que se enfrentam na nossa atual ordem social de dominação e subordinação estrutural.

O ato de migrar, como ato de “liberdade” encobre uma ideologia cujo objetivo é a extração do excedente. Em cada um dos momentos, como camponês e como assalariado, e na unidade de ambos, como migrante temporário, o trabalhador passa por uma socialização específica – ele se insere em estruturas sociais imediatas contraditórias entre si.

Deve ser destacado que a modernização da agricultura tem acarretado uma mobilidade do trabalho dentro e fora dos Perímetros com consequências negativas para aqueles que só dispõem da força de trabalho, uma vez que o emprego oferecido pelas empresas é apenas temporário no período da safra da uva ou da manga.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

É no interior das contradições da ordem metabólica do capital, que regem os mecanismos centrais da produção, o processo mais geral de sua reprodução ampliada e os impactos para o universo do trabalho. Dentro dessas contradições, é possível entender, no campo, a luta pela melhoria do trabalho, a luta por terra de trabalho, que difere das terras destinadas à pequena produção nos Perímetros, como sinônimo de reforma agrária. Por essa concepção de reforma agrária, teria acesso à área de pequena produção somente os trabalhadores que cumprissem os critérios elaborados pelo Estado para atender às exigências do capital; logo, o acesso não seria para todos, nem mesmo para os que tiveram suas terras tomadas pelas águas do rio São Francisco devido



à construção das barragens, como: Paulo Afonso e Moxotó (1978), Sobradinho (nos anos de 1970 – inaugurada em 1981) e Itaparica (1977).

No sistema do capital é nítido que grandes e pequenas propriedades devem ser somente negócio; por isso devem gerar renda. Assim, para que a agricultura entre no circuito capitalista de produção, é necessário fazer investimentos de capital, não só o capital constante representado por máquinas e ferramentas, sementes e insumos, mas também em capital variável, o pagamento do trabalho de quem trabalha - o salário. O assalariamento no campo é a própria degradação do modo de vida dos camponeses que rejeita a condição de ser empregado, de ter patrão. Para esses sujeitos, a terra campesina não tem assalariamento, mas o alimento, o pão de cada dia, a liberdade, a vida. A negação dessa realidade ascende às lutas camponesas de resistência à expansão capitalista e resistência à sua destruição pelo capital. “A condição para a não proletarização é a apropriação dos meios de produção: terra, ferramentas, sementes, adubos etc. são a garantia do não assalariamento, de ter um patrão” (CONCEIÇÃO, 1991 p. 129).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Tradição e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Solido Desmancha no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: O olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado, Aracaju/SE: NPGEU-UFSE, 1991.

GOUEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa – Portugal: Editora Estampa, 1977.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1988.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **Expropriação & Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo 2007a.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

NYS, Erwin De et al. Um procedimento de Consultoria para melhorar a Gestão do Perímetros Irrigados Coletivos do Nortes Brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 365-380, maio/ago. 2005.



ROUSSEAU, Jean – Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução: Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução Jaques Roger. 2ª Edição São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil S.A, 1984.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. **O Processo de Expansão do Capitalismo no Campo, o Agronegócio e a Resistência da Unidade de Produção Familiar: O Caso do Projeto Senador Nilo Coelho – Petrolina PE**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

Recebido em 27 de abril de 2015  
Aprovado em 03 de dezembro de 2015

